

## DECLARAÇÃO DE CIDADÃOS SOBRE A CIDADE DO FUTURO (Resumo)

---

*Somos um grupo de vinte e seis cidadãos europeus de diferentes países e grupos etários e exercendo actividades diferentes. Não somos profissionais especializados em desenvolvimento sustentável, mas simplesmente leigos que vivem e trabalham nas cidades da Europa.*

A Comissão Europeia, através da Direcção-Geral da Investigação, solicitou que apresentássemos a nossa visão e esperanças quanto ao futuro das cidades e a nossa opinião sobre o programa de investigação da UE "Cidade do Futuro". É a primeira vez que a Comissão Europeia procura activamente a opinião dos cidadãos europeus sobre políticas da União Europeia através da iniciativa "RAISE".

Partimos de casos concretos apresentados numa série de *workshops*, comparámo-los com as nossas próprias experiências e desenvolvemos as nossas próprias opiniões sobre os seguintes assuntos:

- ▶ Governação urbana
- ▶ Transportes sustentáveis
- ▶ Ambiente construído sustentável
- ▶ Património cultural

No decurso do nosso debate, decidimos que uma quinta questão - a educação, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade - é fundamental para o sucesso das outras.

### **Conclusões gerais**

**Em primeiro lugar**, o que podemos concluir do nosso estudo sobre os quatro domínios que avaliámos:

- ▶ A voz dos cidadãos, incluindo os que foram marginalizados no passado, deve ser integrada na **governação urbana** nos antigos e novos Estados-Membros da UE. Para haver confiança é necessário que esta seja mútua, pelo que só se os nossos líderes estiverem preparados para escutar e respeitar as opiniões dos cidadãos é que estes retribuirão essa confiança e assumirão a responsabilidade pelas suas próprias acções.
- ▶ É necessária uma mudança radical nos hábitos de **transporte**, a fim de facilitar a mudança no sentido de uma utilização mais sustentável: as soluções técnicas por si só não resolverão os problemas de sustentabilidade.
- ▶ Uma maior **sustentabilidade do ambiente construído** depende da nossa capacidade para ultrapassar uma sociedade centrada no consumo, na qual o "novo" é sempre considerado melhor que o "antigo". Devemos aprender a valorizar a reutilização do que já temos, em vez de o deitar fora em favor da novidade, quer se trate da renovação do parque imobiliário, da recuperação de instalações industriais abandonadas, da conservação e reparação de bens de consumo ou da reciclagem de materiais.
- ▶ Do mesmo modo, precisamos de concentrar a nossa atenção na integração sustentável do **património cultural** na vida diária, estimulando nas pessoas um sentimento de posse relativamente ao nosso património cultural diverso e partilhado, bem como a apreciação da sua importância.

**Em segundo lugar**, o que é, aqui e agora, significativo em termos práticos em todos estes domínios:

- ▶ Há necessidade urgente de uma maior sensibilização e **educação** para as questões de sustentabilidade e para as implicações de prosseguirmos o nosso presente curso insustentável. Muitas vezes as nossas escolhas são feitas com base em informação insuficiente, sem compreender os verdadeiros custos ocultos das nossas acções. Com a participação no debate e uma ideia clara das implicações da escolha, as pessoas podem fazer com que essas escolhas façam a diferença nas suas vidas quotidianas.
- ▶ As iniciativas mais bem sucedidas são frequentemente as realizadas à escala mais pequena e **local**, que reúnem as pessoas e as ajudam a assumir um compromisso no sentido de introduzirem melhorias visíveis no seu quotidiano. A palavra de ordem: 'Pensar globalmente, agir localmente', não é apenas um chavão.
- ▶ Em contrapartida, a experiência num domínio pode frequentemente ser aplicada noutra. Possuímos, em toda a nossa comunidade, um enorme leque de especializações e conhecimentos sobre "o que funciona e o que não funciona". Não divulgar mais amplamente esses **conhecimentos** é perder uma oportunidade.

### **Conclusões sobre a governação urbana**

Uma **governação urbana** deficiente produz resultados deficientes. Vemos o resultado disso, entre outras coisas, na expansão urbana, na habitação a preços inoportáveis, em sistemas de transporte não integrados e na destruição dos espaços verdes. Consideramos que a governação urbana é um instrumento para estruturar a relação entre a cidade e os cidadãos. Inclui também parcerias dos sectores público e privado e todos os outros intervenientes na vida da cidade.

O nosso estudo incidiu na investigação que procura sobretudo incentivar o envolvimento de todos os cidadãos. Há um sector-chave pouco investigado: aquele que inclui os grupos marginalizados e as pessoas vulneráveis, como os jovens, pessoas idosas e carenciadas, imigrantes e migrantes, famílias monoparentais, pessoas sem abrigo e/ou itinerantes.

- Recomendamos, por conseguinte, que a futura investigação patrocinada pela UE incida muito mais na participação dos cidadãos marginalizados e na sua integração na governação urbana.
- Propomos a realização de investigação sobre as diferenças entre os novos e antigos Estados-Membros em matéria de participação democrática, com vista ao intercâmbio de boas práticas, ou seja, ensinar e aprender ao mesmo tempo e promover a renovação democrática.
- Para que os cidadãos participem plenamente nas suas comunidades e no modo como são governados, é necessário dispor de recursos suficientes que facilitem essa acção. Os políticos deveriam igualmente ser motivados para promover este processo. O trabalho independente ou voluntário não é a resposta. A governação urbana deveria proporcionar decisões públicas em lugar de decisões a nível individual. Os políticos deveriam trabalhar em conjunto com os cidadãos, gastando mais dinheiro em:
  - ✓ divulgação de informações,
  - ✓ organização de reuniões,

- ✓ audições públicas,
- ✓ elaboração de ferramentas e métodos de governação inovadores,
- ✓ campanhas de sensibilização e educação sobre medidas relativas à governação, bem como outros meios para envolver os cidadãos no processo decisório.

### **Conclusões sobre os transportes sustentáveis**

A **mobilidade** é uma questão central no nosso quotidiano e também uma das principais fontes dos problemas que enfrentamos. A mobilidade afecta as nossas vidas de várias formas, a nível ambiental, económico e social. Quanto a estes aspectos, há alguns problemas relacionados com a qualidade de vida que consideramos importantes em relação aos transportes: a poluição (e suas consequências na saúde das pessoas), o congestionamento (com os seus custos em termos de tempo e dinheiro) e os acidentes (mais de 40 000 mortos e um número muito superior de feridos anualmente nas estradas europeias).

A investigação da UE tem estudado diversos aspectos dos problemas mencionados. Estamos conscientes de uma tendência na nossa sociedade e no domínio da investigação para favorecer soluções tecnológicas (por exemplo, veículos-robot futuristas) dado que estas parecem oferecer soluções simples para questões muito complexas. Tal tem levado e leva ainda a avanços que são caros e podem ser prestigiantes, mas que na realidade não resolvem as questões cruciais. Os transportes só se tornarão mais sustentáveis se o comportamento, a motivação e as necessidades das pessoas forem tratadas em primeiro lugar e de forma privilegiada. Estamos igualmente preocupados com a falta de eficiência na difusão das melhores práticas desenvolvidas em diferentes cidades europeias. Sugerimos uma intensificação dos esforços de modo a que exemplos de sucesso possam ser difundidos e partilhados por diferentes cidades de uma forma mais rápida.

Avaliamos de forma positiva os esforços realizados para a integração das questões relativas aos transportes nas primeiras fases do planeamento urbano. Pensamos também que o tema mais importante da investigação e da acção política deveria ser a alteração dos hábitos de transporte das pessoas de uma forma mais criativa do que tem sido feito até à data (por exemplo, por meio da fixação dos preços, da utilização partilhada de veículos, etc.).

Vimos projectos de investigação centrados nas questões tecnológicas – o que sugerimos é uma maior investigação no domínio socioeconómico, designadamente:

- ▶ Motivação das pessoas para a utilização de transportes mais ecológicos (como o transporte público, deslocações a pé e de bicicleta, utilização partilhada de veículos, etc.) ou para a utilização de modos de transporte mais sustentáveis em substituição do automóvel particular.
- ▶ Informação aos cidadãos sobre opções de mobilidade (por exemplo: Quais são as alternativas ao automóvel? Quais são as relações em termos de custos? Horários, tarifas, intermodalidade...).
- ▶ Melhoria da compatibilidade dos sistemas de transporte nas cidades europeias, por exemplo, sistemas de utilização partilhada de veículos a nível de toda a UE, reconhecimento de cartões de viagem de outras cidades.
- ▶ Quais as melhorias que podem contribuir para tornar a utilização dos transportes públicos mais atractiva para as pessoas? (por exemplo, infra-estrutura e serviços

suplementares nas carruagens: ligação à Internet, mesas, salas de reunião, classes de línguas a bordo, jornais....).

- ▶ Questões de saúde decorrentes do excesso de tráfego.
- ▶ Modelos políticos para encontrar métodos eficazes para promover políticas conexas (por exemplo: nos domínios da economia, trabalho, desenvolvimento regional, indústria e fiscalidade) a fim de incorporar a necessidade de mudança e de redução nos transportes.

### **Conclusões sobre o ambiente construído sustentável**

Um futuro mais sustentável para a humanidade exige uma abordagem que revalorize aquilo que já se considera inútil. A reutilização e reciclagem continuam a ser práticas nada atractivas nas nossas culturas e tudo o que é novo é considerado melhor do que o já utilizado. Esta abordagem deve ser invertida a fim de permitir um futuro sustentável. A reutilização, recuperação e renovação deveriam ser as acções a privilegiar na cidade do futuro. A reconstrução é mais sustentável do que a nova construção, mas não pode competir com os custos de construção mais baratos em zonas de expansão urbana.

Os projectos de investigação da UE têm descrito vários dos principais domínios a abordar no que diz respeito ao ambiente construído das nossas futuras cidades. Estes são a **expansão urbana, os espaços verdes da cidade, as tecnologias de construção e as instalações industriais abandonadas.**

Relativamente à **expansão urbana**, a ampla utilização do automóvel transformou a maioria dos centros das cidades em áreas de acesso difícil. Assiste-se à construção de sistemas de transporte, abastecimento de água, energia e esgotos para abastecer e servir as novas habitações, reduzindo a área rural e destruindo habitats naturais. Maiores zonas urbanas reduzem a interacção social, criando isolamento social e promovendo a segregação e a indiferença. Como cidadãos, as nossas recomendações para a investigação futura incluem:

- ▶ Formar os cidadãos sobre questões relativas à energia e sustentabilidade e incentivá-los a agir em conformidade.
- ▶ Melhorar a atractividade dos centros urbanos reduzindo o ruído e o tráfego e aumentando a mobilidade dos peões e a qualidade dos espaços.
- ▶ Promover a reutilização de edifícios devolutos existentes.
- ▶ Aumentar a carga fiscal sobre a expansão urbana e reinvestir essa receita directamente nas infra-estruturas necessárias.

Os **espaços verdes** são cruciais visto cumprirem muitas funções - melhoram a qualidade do ar, criam habitats para a flora e fauna selvagem, oferecem espaços de descontração saudável e segura, de recreio para as crianças e de desporto e proporcionam sobretudo o bem-estar humano nas cidades (reduzindo o *stress* e aumentando a sensibilização das pessoas para a natureza e seus ciclos). A investigação patrocinada pela UE deveria incidir em:

- ▶ Aumento da biodiversidade no sentido de uma natureza "mais natural";
- ▶ Integração de biólogos nas equipas de planeamento das cidades;
- ▶ Utilização menos intensiva de tecnologias e de substâncias químicas;
- ▶ Integração de pessoas desempregadas na manutenção;
- ▶ Planeamento de uma melhor disseminação das zonas verdes;

- ▶ Ligação das zonas verdes a fim de permitir a migração de espécies animais e vegetais;
- ▶ Integração com campos de jogos para crianças e instalações desportivas;
- ▶ Difusão dos conhecimentos gerados em projectos da UE;
- ▶ Promoção das zonas verdes em geral: nenhuma cidade europeia tem demasiados espaços verdes.

A construção civil, em geral, está a afastar-se da integração com as capacidades da natureza. Alguns materiais ainda largamente utilizados na Europa, como as madeiras exóticas, não deveriam ser usados. A escolha de materiais de construção deve ter em conta simultaneamente o consumo de energia e de recursos. Existem melhores soluções, mas os grupos de pressão do sector da construção e uma deficiente sensibilização do público apoiam os métodos insustentáveis existentes. O desempenho e a utilização do espaço construído final devem igualmente ser considerados em termos de isolamento térmico e sonoro, de emissões de partículas perigosas, de durabilidade e de capacidade de reutilização dos elementos construídos. Em nossa opinião, a investigação da UE deveria incidir nos seguintes aspectos:

- ▶ Introdução de definições claras e imparciais dos conceitos de sustentabilidade/desempenho e durabilidade ambientais dos materiais e técnicas de construção.
- ▶ Difusão de conhecimentos e promoção de formas mais sustentáveis de vida.
- ▶ Promoção de uma construção mais sustentável através de medidas fiscais – os impostos deveriam reflectir o nível real de utilização de energia e recursos na indústria da construção.
- ▶ Implementação dos resultados da investigação em matéria de ergonomia, psicologia e bem-estar geral na construção.
- ▶ Promoção coerente da regulamentação anti-sísmica nos países em que esta é necessária.
- ▶ Melhor integração com grupos de pressão do sector da construção, a fim de incentivar formas de construção mais sustentáveis.

As **instalações industriais abandonadas** são terrenos devolutos anteriormente utilizados para fins industriais e que colocam actualmente riscos ambientais e sanitários graves. A investigação da UE deveria incidir mais em modos de:

- ▶ Desenvolver tecnologias eficientes e menos dispendiosas para a limpeza das águas e solos poluídos.
- ▶ Integrar práticas de planeamento da reabilitação de instalações industriais abandonadas (deveriam ser utilizados os sistemas fiscais para obter os recursos necessários).
- ▶ Determinar as melhores utilizações alternativas das áreas reabilitadas e incentivar os investidores a utilizá-las.
- ▶ Difundir bons exemplos e práticas.

### **Conclusões sobre o património cultural**

O continente europeu dispõe de um imenso património cultural. Tal implica uma enorme responsabilidade para os nossos países em termos de conservação e valorização desse legado.

Utilizamos o termo “património cultural” como incluindo o património tangível – como monumentos, edifícios ou locais arqueológicos – e também o património intangível,

como a língua, literatura, música, arte, tradições, canções, danças e outros. Acreditamos que a identidade cultural tem as suas raízes no património cultural. A identidade cultural reforça as comunidades e cidades e pode resultar num maior respeito entre os diferentes povos europeus.

Apesar de todos os recursos afectados a este sector, há uma fracção notável do património cultural da Europa que está a ser destruído ou que se encontra em grave risco. O ponto mais crítico é que a perda de património cultural é irreversível – o que se perde não pode ser recuperado.

Procedemos à revisão dos projectos financiados pela UE que estudaram diferentes temas, como os efeitos das alterações climáticas, da poluição e de outros aspectos negativos no património cultural. Compreendemos que estes projectos resultaram em melhorias importantes numa série de objectos históricos.

- ✓ Contudo, sentimos que a UE deveria encontrar formas de difundir mais eficazmente o efeito tangível dos projectos de investigação por si financiados.
- ✓ Além disso, uma vez que a protecção do património cultural é normalmente um sector em que os recursos são muito limitados, a UE poderia proporcionar financiamento para facilitar a reaplicação noutros casos dos resultados obtidos através de investigação financiada pela UE.
- ✓ Opomo-nos à segregação do património cultural da vida diária e das pessoas. A conservação do património cultural não pode ter êxito a nível da UE e nacional se não for apoiada (ou despoletada) a partir do nível local. Contudo, a UE pode explorar formas de fazer com que cada cidadão compreenda e contribua para a conservação do património cultural. Esta pode ser uma forma de aproximar mais o património cultural das pessoas – que se sentiriam mais como parte de algo que ajudaram a preservar. Tal tem de começar com as crianças. Se as pessoas não compreenderem a importância da preservação do património cultural, as soluções técnicas por si só não resolverão os problemas.
- ✓ A investigação sobre o património cultural que nos foi apresentada era muito unilateral - ou seja, tratava sobretudo das questões técnicas, como o efeito da poluição no património cultural, as alterações climáticas, etc.. Embora reconheçamos que é de grande importância desenvolver investigação sobre os aspectos supracitados, sentimos que na investigação futura se deveria dar mais atenção às seguintes questões:
  - Impacto das pressões económicas,
  - Migração das populações e efeito do consumismo no património cultural.

A investigação europeia deveria incidir mais na integração sustentável do património cultural na vida diária.